

JOVEM SOCIALISTA

NÚMERO 532 | AGOSTO 2023
ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL
DA JUVENTUDE SOCIALISTA



ENTREVISTA A RICARDO ALVES //
SERÁ PORTUGAL UM ESTADO
VERDADEIRAMENTE LAICO?

PÁGINA 8



CHOQUE DE IDEIAS //
DEVE O ESTADO FINANCIAR
EVENTOS RELIGIOSOS?

PÁGINA 14

EM DESTAQUE // ACAMPAMENTOS FEDERATIVOS

PÁGINA 4

SOFIA PEREIRA //
JUSTIÇA CLIMÁTICA
É JUSTIÇA SOCIAL!

PÁGINA 7



GONÇALO SANTOS //
RENDIMENTO BÁSICO
PARA AS ARTES

PÁGINA 11



CAROLINE PEREIRA //
ORGULHO
LGBTQIA+

PÁGINA 10



SÉRGIO SALAZAR //
AU REVOIR
FRANÇA-FRIQUE

PÁGINA 11



ENTREVISTA A PATRÍCIA AGRELA //
"AO PSD NÃO INTERESSA GOVERNAR
PARA AS PESSOAS"

PÁGINA 9



PROUST MILITANTE //
ASCENSO SIMÕES E JOSÉ GOUVEIA

PÁGINA 12



Cristo Expulsando os Mercadores do Templo
El Greco (1568)



“Ninguém pode servir a dois senhores; pois odiará um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”

Mateus 6:24

ΑΔΗΦΝΙΚΑ ΘΕΟΤΟΚΟΥ
ΚΡΗΣ

JOVEM SOCIALISTA

532 // AGOSTO DE 2023

DIRETOR

Diogo Henrique Vintém

CAMARADAS NESTA EDIÇÃO

Abel Matinhos

André Abraão

Caroline Pereira

Gonçalo Santos

Inês Henriques

Mafalda Azevedo

Miguel Castel-Branco

Pedro Madruga

Pedro Vasconcelos Almeida

Sérgio Salazar

Sofia Pereira

FUNDADOR

José Leitão

CIRCULAÇÃO

31 de agosto de 2023

ISSN

2975-8947

ACESSO

www.ojovem.pt

SEDE NACIONAL

Rua Rodrigo da Fonseca N.º 24, 1 Dto.
1250-193 Lisboa - Portugal

CONTACTOS

(+351) 213 712 306

(+351) 917 199 600

CONTACTOS

sedenacional@juventudesocialista.pt

jovemsocialista@juventudesocialista.pt



**JUVENTUDE
SOCIALISTA**

ÍNDICE

EDITORIAL **3** TERMÓMETRO **3** NOTÍCIAS **4** JUSTIÇA CLIMÁTICA É JUSTIÇA SOCIAL **7** ENTREVISTA A RICARDO ALVES **8**
ENTREVISTA A PATRÍCIA AGRELA **9** UMA LUTA DE TODES PARA TODES **10** AU REVOIR FRANÇAIFIQUE **11**
RENDIMENTO BÁSICO PARA AS ARTES **11** PROUST MILITANTE COM JOSÉ EDUARDO GOUVEIA E ASCENSO SIMÕES **12**
CHOQUE DE IDEIAS: DEVE O ESTADO FINANCIAR EVENTOS RELIGIOSOS? **14** RECOMENDAÇÕES CULTURAIS **15**

A farsa fiscal do PSD



DIOGO VINTÉM
DIRETOR DO JOVEM SOCIALISTA

A Festa do Pontal, que marca a reentré política do PSD, é todos os anos uma feira de vaidades onde os rostos do passado se passeiam como futuros isto e aquilo e onde ideias velhas são apresentadas como soluções novas. Este ano não foi exceção. Se no ano passado Passos Coelho assombrou a festa e ensombrou Montenegro, este ano foi a vez de Marques Mendes vir abrir a porta a uma candidatura presidencial, negando sempre o “regresso à vida política”, da qual nunca saiu verdadeiramente. Se no ano passado Montenegro quis antecipar-se ao PS ao apresentar um programa de emergência social (que rapidamente se viu anulado por um pacote muito mais ambicioso de medidas sociais do Governo em sede de Orçamento do Estado), este ano quis antecipar-se com uma suposta “reforma fiscal”. Não se trata de uma reforma, mas sim de uma farsa.

É desde logo uma farsa porque parte do pressuposto

errado de que o problema de rendimentos das pessoas e das famílias em Portugal tem que ver com os impostos que pagam. Sejam claros, num país onde 45% das famílias não paga IRS e onde a taxa efetiva de IRS é 13,5%, o problema dos baixos rendimentos não pode possivelmente ser os impostos. É evidentemente os baixos salários, sobre os quais o PSD não apresenta qualquer medida.

Em segundo lugar, as cinco grandes medidas anunciadas padecem também de pressupostos falsos e soluções erróneas, que ao invés de ajudarem a resolver problemas, criam outros. Ora vejamos: a primeira proposta diz respeito a um “alívio fiscal imediato de 1.200 milhões de euros”, supostamente financiado com “parte do excesso de receita fiscal cobrada pelo Estado em 2023”. É falso que o Estado tenha arrecadado essa receita fiscal inesperada. Só até junho deste ano esse valor foi devolvido em apoios diretos às pessoas, sendo que no ano passado o valor dos apoios ascendeu aos 5,7 mil milhões de euros. A quarta proposta também apresenta o mesmo falso pressuposto, pelo que escusamos de comentar.

A segunda medida diz respeito à introdução de uma taxa máxima de 15% do IRS para os jovens até aos 35 anos. O PSD chegou muito tarde a esta discussão. Enquanto andavam a discutir a descida dos impostos para as empresas na campanha eleitoral, relegando a descida do IRS para eventualmente 2026, o PS já tinha desde 2020 avançado com o IRS Jovem e no último Orçamento procedido ao seu alargamento. Agora o

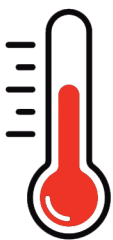
PSD quer fazer de conta que tem uma solução para os jovens, mas mais uma vez, num país onde a taxa média efetiva de IRS é 13,5% (e para os jovens menor ainda), estabelecer uma taxa máxima de 15% para os jovens só poderá vir a beneficiar os mais ricos, nunca os mais os pobres ou a classe média.

Mas a talvez a mais pernicioso medida apresentada seja mesmo a última, que diz respeito a uma isenção fiscal sobre os prémios de produtividade. Na prática resultaria apenas na conversão dos aumentos salariais em prémios, prejudicando a carreira contributiva dos trabalhadores.

Este conjunto de medidas serve apenas para tentar enganar os portugueses e, em particular, os mais jovens. O que importa verdadeiramente fazer é aumentar salários, de forma permanente. Diga-se também, neste âmbito o PS tem muito a fazer pela frente. Por um lado, seria de elementar justiça estabelecer uma indexação dos salários ao custo de vida, evitando que os trabalhadores perdessem os seu rendimentos reais para a inflação. Por outro, é fundamental obrigar as empresas a aumentarem salários em linha com a produtividade. Se a narrativa do poder económico tem consistido na recusa em aumentar salários sem que existam aumentos de produtividade, a verdade é que nos últimos anos a produtividade do trabalho tem aumentado consistentemente e não se tem vislumbrado o acompanhamento salarial desse aumento. Não estará na hora de se indexar também os salários à produtividade?

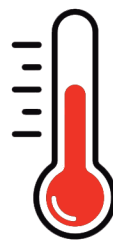
TERMÓMETRO

Por Miguel Castel-Branco



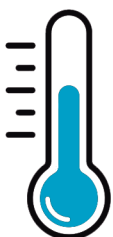
Acusação e detenção de Donald Trump

A 24 de agosto, o ex-presidente Donald Trump entrega-se às autoridades do Estado da Geórgia, no âmbito de um processo criminal em que é acusado de tentar reverter os resultados das eleições presidenciais de 2020.



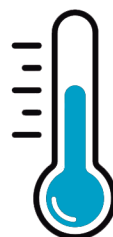
Ministério Público investiga divulgação de notícias falsas por André Ventura

O Ministério Público abriu uma investigação à divulgação de notícias falsas pelo líder do Chega, André Ventura, nas redes sociais, através de imagens que têm grafismos semelhantes a sites de notícias.



Veto Presidencial do “Mais Habitação”

Após ter sido aprovado pelo Parlamento, o Presidente da República veta o pacote Mais Habitação. Por sua vez, o Partido Socialista defende as medidas vetadas como equilibradas afirmando não haver uma “bala de prata” para o problema da habitação.



Reforma Fiscal apresentada pelo PSD

Após a apresentação das propostas do PSD na Festa do Pontal, o Secretário-Geral Adjunto do PS, João Torres classificou as mesmas como “um logro para os portugueses” apontando-lhes “sete pecados capitais”. Realçando que é incoerente, excessivamente regressivo, enganador para os mais jovens e não responde aos problemas de produtividade do país.

NOTÍCIAS



A Federação de Leiria da Juventude Socialista organizou, nos passados dias 22 e 23 de julho, o seu primeiro Acampamento Distrital, em colaboração com as concelhias da Juventude Socialista de Caldas da Rainha e Alcobaça.

Entre atividades de lazer e fraternidade, podemos contar com a presença da eurodeputada Margarida Marques, da deputada Sara Velez, do presidente da Federação de Leiria Walter Chicharro e do presidente do PS/Caldas Pedro Seixas numa produtiva conversa com os nossos militantes.

Também contámos com o nosso camarada Henrique Duarte para uma explicação do funcionamento da nossa sede nacional.

O evento foi encerrado no domingo pelo Secretário-Geral e deputado Miguel Costa Matos em Salir do Porto.

Red Summer Camp

LEIRIA

22 E 23 DE JULHO



Acampamento Interfederativo Ibérico

PORTALEGRE

4 E 6 DE AGOSTO

Realizou-se entre os dias 4 e 6 de agosto o 1.º Acampamento Interfederativo Ibérico da Juventude Socialista (JS) organizado pelas Federações de Portalegre, Évora e Santarém da JS e pelas Juventudes Socialistas de Badajoz. Depois da Federação de Portalegre lançar o repto os seus homólogos espanhóis e a todas as suas federações vizinhas, foi assim que se converteu aquele que seria o 3.º Acampamento Federativo de Portalegre num evento de maior escala, mas que nesta primeira edição manteve a sua localização na Praia Fluvial do Alamal, concelho de Gavião.

A sessão de abertura realizada na sexta-feira, dia 2, contou com as intervenções de Diogo Aragonez, presidente da Comissão Organizadora, Carolina Filipe, presidente da JS de Gavião, António Severino, presidente do PS Gavião, José Pio, presidente da Câmara Municipal de Gavião e João Pedro Meira, presidente da Federação de Portalegre da JS. As atividades políticas ficaram marcadas pela



dinâmica de grupo “Faz a tua...campanha” que contou com a participação de João Pina, vice-presidente da Federação de Portalegre do PS e pelo debate “Os 3 F’s – Florestas, Fuegos e Fronte(i)ras”.

Na margem do rio Tejo, os participantes tiveram a oportunidade de fazer canoagem e padel e de se aventurar no paintball. O dia de sábado ficou marcado por um sunset com o DJ Rasilmar.

“A organização de um Acampamento Interfederativo Ibérico é um desafio enorme, especialmente em pleno agosto. Juntámos mais de 70 jovens de vários pontos do país e do nosso país vizinho para conviver e debater política e o feedback que temos é que quem provou, quer repetir. Este é um evento com provas dadas e que daqui para a frente só poderá crescer” afirmou Diogo Aragonez.

Também Mafalda Flores, secretária federativa para as Relações Internacionais da Federação de Portalegre,

destacou “que mais do que criar laços de camaradagem, este Acampamento colocou no cerne do debate questões da atualidade, como o combate conjunto aos incêndios e os obstáculos enfrentados pela Proteção Civil, entre muitas outras que afetam diretamente os territórios de fronteira. O sucesso desta edição, além de contribuir para solidificar as relações transfronteiriças, mostrou também a forte vontade e disponibilidade para as alargar num futuro próximo”.

Ludgero Glórias, presidente da Federação de Évora da JS, enfatizou que “este primeiro Acampamento foi um sinal claro do futuro que pretendemos para o nosso país”, assumindo que “o enorme sucesso deste evento organizado entre três distritos portugueses e uma província espanhola, todos do interior, demonstra que a força motriz económica e social do interior será sempre a cooperação regional e transfronteiriça, e comprova também a tenacidade, vivacidade e juventude destas mesmas regiões.”

Para o presidente da Federação de Santarém da JS, Pedro Gomes, simultaneamente secretário nacional da JS para a Proteção Civil, “no Acampamento Interfederativo, além da vivência política, viveu-se um espírito de grupo e uma política feita de emoções”, acrescentando que quanto ao futuro desta atividade “realizada pela primeira vez nestes moldes, todos os fatores estão alinhados para crescer e continuar por muitos e bons anos”.

O presidente de Federação anfitriã, João Pedro Meira, começou por dizer que “também ao nível da articulação entre diferentes federações portuguesas

este Acampamento ganhou um carácter inovador e disruptivo face ao que estamos habituados a ver na JS, com participantes oriundos de 25 concelhos diferentes”. Para o também coordenador do Observatório Nacional para a Coesão Territorial e Regionalização “provámos que mesmo num ambiente mais descontraído e de muita animação, é possível mobilizar as nossas estruturas para os desafios do território e para a importância das relações transfronteiriças, sendo prioritário desenvolvermos uma raia com intensas relações económicas e sociais, mas também de cooperação institucional, humanitária e política”.

Com a promessa de se realizar uma segunda edição no futuro, assume-se a pretensão de dar um carácter rotativo na localização geográfica das próximas edições, entre os territórios das quatro estruturas organizadoras.



Acampamento Federativo de Castelo Branco

CASTELO BRANCO

25 E 27 DE AGOSTO

Na sessão de abertura do acampamento, Miguel Costa Matos, secretário-geral da JS, deixou também uma mensagem de esperança aos jovens que ainda resistem nestes territórios.

Um dos momentos altos da iniciativa, que reuniu mais de três dezenas de jovens socialistas, foi a tertúlia “A Política e os Media”, que contou com Nuno Saraiva, Diretor de Comunicação do Grupo Parlamentar do PS e ex-jornalista, que salientou o facto da direita controlar os media em Portugal

, fazendo ainda referência aos diferentes estilos de comunicação dos políticos e às redes sociais.

Para além disso, o evento ficou marcado por momentos culturais (com a atuação de uma banda de jazz) e até desportivos.

A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista realizou, durante os dias 25, 26 e 27 de agosto, na Praia Fluvial da Ribeira Grande, na Sertã, o seu acampamento federativo.

Ao fim de 4 anos de interregno destes acampamentos, o encontro federativo regressou, realizando-se, desta vez, simbolicamente, na Sertã, concelhia que foi reativada há cerca de dois anos.

No arranque deste acampamento, Tiago Soares Monteiro, Presidente da Federação de Castelo Branco da JS, destacou a importância desta iniciativa para

os jovens poderem trocar ideias e absorver o espírito do partido, num ambiente mais descontraído.



Realizou-se no passado dia 20 de agosto mais um Roteiro, em Proximidade, que contou com a presença do Secretário-Geral da JS, Miguel Costa Matos, pelos concelhos do Crato e de Arronches e pela freguesia de Alegrete.

O dia começou com uma visita à torre do Relógio, na vila do Crato, à olaria e Mosteiro de Flor da Rosa e à

Herdade da Rocha.

A tarde prosseguiu com uma visita à aldeia do Pisão, local onde, aproximadamente, daqui a 3 anos, será edificada a futura barragem, seguindo-se um passeio cultural pela vila histórica de Alegrete, tempo ainda para uma paragem obrigatória para um mergulho na

Roteiro “Agir em Proximidade” no Distrito de Portalegre

PORTALEGRE

20 DE AGOSTO

afamada cascata do Pego do Inferno, posteriormente decorreu uma visita às pinturas rupestres da freguesia de Esperança e à vila de Arronches.

Após o jantar, teve ainda lugar a participação na Recepção ao Campista do Festival do Crato.

NOTÍCIAS



No passado dia 26 de agosto o Rio Douro uniu as Federações da JS de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu, num roteiro, que, na sua primeira edição, percorreu os municípios de Vila Nova de Foz Côa e Torre de Moncorvo (distritos de Guarda e Bragança). Neste evento, que contou com a presença do Secretário-Geral da JS, Miguel Costa Matos, o ponto de encontro foi o restaurante do Museu do Côa, seguindo-se a descida dos Passadiços e a viagem náutica do cais do Côa para o Pocinho.

Houve oportunidade de conversar com alguns empreendedores locais de atividades turísticas e vitivinícolas, debateram-se questões políticas dos setores económicos regionais e saborearam-se produtos locais.

Visitou-se o Museu do Côa e Adega Caves do Pocinho, sendo que, posteriormente, o almoço convívio decorreu, ao ar livre, no cais do Pocinho. Houve ainda tempo para um mergulho na Praia Fluvial

Roteiro "Jovens Douro"

GUARDA

BRAGANÇA

26 DE AGOSTO

do Rio Sabor, num dia soalheiro, que, segundo a organização do evento, permitiu que as águas deste património refletissem uma atmosfera de vivências, alegria e camaradagem!

A próxima edição deste roteiro passará pelos distritos de Viseu e Vila Real!

Federações de Aveiro e Porto realizam acampamentos este fim-de-semana

"Encontro de Verão" da Federação de Aveiro

Este encontro realizar-se-á nos dias 1, 2 e 3 de setembro, em Espinho. Será um fim-de-semana recheado de convívio, discussão política, visitas, quizzes, jogos coletivos em praia, piscina e outras atividades.

Durante a manhã de sábado decorrerá uma visita à Estação Espinho-Vouga, seguido de uma Sessão de Abertura em frente ao Museu Municipal de Espinho, com a participação de Maria Manuel Cruz, Presidente da Câmara, Hugo Oliveira, Vice-Presidente da Federação Distrital de Aveiro do PS, Joana Sá Pereira, Presidente da Federação Distrital de Aveiro da JS e Francisco Rodrigues, Coordenador do Encontro de Verão da JS.

Também nesse dia haverá uma sessão de debate sobre Habitação, que contará com a participação da Ministra da Habitação, Marina Gonçalves.

"Summer Camp" da Federação do Porto

O acampamento da Federação Distrital do Porto, que decorre igualmente nos dias 1, 2 e 3 de setembro, terá lugar no Parque de Lazer da Lagoa de Freixo de Baixo, no Concelho de Amarante.

Segundo a organização, será um acampamento de muito "divertimento, convívio, iniciativas políticas, atividades desportivas e muito mais!"



JS Outing SummerFest

GUARDA 28 E 30 DE JULHO

Nos dias 28,29 e 30 de julho realizou-se, em Méda, distrito da Guarda, o JS Outing Summerfest, que contou com a participação do Secretário-Geral da JS, Miguel Costa Matos. Assinalou-se, também, a presença

do Presidente da Federação do PS da Guarda, Alexandre Lote e do Coordenador dos Jovens Autarcas, Tiago Bolhão. O evento em apreço pautou-se pela apresentação de um workshop de comunicação assertiva, pela realização de diversos debates e pelo diálogo com os Jovens Autarcas presentes. Segundo a organização do evento, este foi um encontro marcado pelo convívio, partilha e aprendizagem.



Rentrée e Academia Socialista em Évora vão assinalar o arranque do ano político



CRISE CLIMÁTICA

Justiça Climática é Justiça Social



SOFIA PEREIRA

MEMBRO DO SECRETARIADO NACIONAL

Desde 1995 que a Juventude Socialista tem estado no epicentro de causas que ressoam através das gerações. Convictos nas nossas ideias, afirmativos nas nossas lutas, e determinados em firmar as nossas conquistas, geração em geração. Hoje, erguemo-nos diante de uma batalha que transcende os desafios que conhecemos: crise climática e a luta pelo planeta. Não há mais espaço nem tempo a perder, esta é a nossa casa comum e temos o dever de dizer presente na luta climática.

A irreverência e a genuína mobilização de uma geração de jovens empenhada na incansável luta pelo clima, impele-nos a agir, a agir pelos jovens; a agir pelo clima; a agir pelo planeta. Fazemos parte desta voz comum. Enfrentar a luta das nossas vidas requer um novo paradigma e uma ousadia sem precedentes. E como pode não ser assim, se enfrentamos um desafio de sobrevivência?

A consciência desperta de uma geração de jovens preocupados e que reconhecem a urgência do momento, exige à JS, enquanto uma estrutura ecologista, progressista e de esquerda, que ergamos a nossa voz rejeitando mitos e negacionismos que

resistem à mudança, mas também rejeitando inércia daqueles que assistem derrotados ou ignorando a crise em que vivemos.

Em 2018, o relatório do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) advertia que a atividade humana elevou a temperatura média da atmosfera em cerca de 1°C desde a era pré-industrial. Em 2022, este valor alcançou os 1,1°C. No mesmo ano, Portugal enfrentou uma verdadeira prova de fogo: a temperatura média máxima do ar subiu a patamares nunca vistos. Já este ano, 2023, o mês de julho foi o mais quente alguma vez registado na Terra, segundo dados do Copernicus. O calor escaldante não é um mero inconveniente: é uma chaga que exige resposta para manter o aumento da temperatura global abaixo do limite crítico de 1,5°C estabelecido no Acordo de Paris.

As alterações climáticas vão agravar-se e serão também agravadas por um problema que não podemos ignorar - as ilhas de calor - fenómeno urbano em que uma área densamente povoada e urbanizada tende a apresentar temperaturas muito mais elevadas do que aquilo que seria desejado, tendo como resultado graves consequências na vida das pessoas e no clima.

Esse aumento de temperatura é resultado de uma combinação de fatores, incluindo a concentração de edifícios, asfalto e outras superfícies impermeáveis, bem como a redução da vegetação. O consequente aumento do uso de ar-condicionado e outros sistemas de refrigeração não está apenas a arrefecer contas bancárias - está a aquecer o planeta.

A saúde pública também sofre com as alterações climáticas. Estes eventos extremos batem recordes em termos de riscos de doenças relacionadas com o calor, inclusive podem levar à morte. Um estudo de

Para assinalar a sua rentrée, o Partido Socialista (PS), a Juventude Socialista (JS) e o Grupo dos Eurodeputados Socialistas Portugueses (S&D) vão organizar entre seis e dez de setembro, em Évora, a segunda edição da Academia Socialista, uma iniciativa de formação intensiva, destinada a jovens, com oradores da sociedade civil e dirigentes socialistas, que vão refletir sobre os desafios do país e da legislatura.

O evento arrancará com a intervenção do Secretário-Geral do PS, António Costa, dia seis de setembro, às vinte e uma horas, no Évora Hotel, para assinalar o início do novo ano político e para assinalar também, a sessão de abertura dos trabalhos da Academia Socialista. Esta sessão é aberta a todos os militantes.

janeiro deste ano levado a cabo pelo Instituto de Barcelona para a Saúde Global conta-nos que um terço das mortes prematuras nas cidades, causadas pelas temperaturas altas do verão, podem ser evitadas com um simples ato - plantar árvores. Economicamente, os impactos são visíveis, nomeadamente com os custos energéticos cada vez mais pesados, comprometendo orçamentos familiares e o desempenho das empresas.

No combate às alterações climáticas, torna-se evidente e imperativo a implementação de políticas eficazes para combater os efeitos das ilhas de calor. A utilização de coberturas verdes e pavimentos permeáveis, juntamente com investimento em soluções de base natural e infraestruturas verdes nas áreas urbanas, surgem como uma necessidade premente. Além disso, é fundamental priorizar o estímulo à mobilidade suave, que pode ser alcançado através do reforço de Zonas de Emissões Reduzidas (ZER), bem como da expansão das redes de ciclovia e vias pedonais. Estas ações visam transformar essas vias em verdadeiras artérias das cidades em processo de metamorfose. Desta forma, garantir a robustez dos transportes públicos apresenta-se como uma das melhores ferramentas na promoção da mobilidade suave, por isso, o caminho pela gratuidade dos transportes públicos para os jovens é justo, urgente e necessário.

Sabemos que a nossa herança ideológica não nos permite ser meros espectadores: somos convocados a ser agentes da mudança, imbuídos de uma determinação e convicção que ecoam na nossa matriz socialista de que a justiça climática é justiça social.

“A Igreja teve uma atitude complacente e leviana perante o abuso sexual de menores”



Ricardo Alves

52 anos, lisboeta, formado em ciências exactas. Fundador e presidente da Direção da Associação República e Laicidade desde 2009

1. Considera que Portugal é um país verdadeiramente laico? Senão, porquê?

A Constituição de 1976 define um Estado laico, garantindo a liberdade de consciência, a igualdade entre os cidadãos, a separação entre o Estado e as comunidades religiosas e a não confessionalidade do ensino. Não contém qualquer referência religiosa. Todavia, a prática política dos governos nacionais e regionais, das autarquias e de outros órgãos do Estado, tem sido clerical, mantendo o regime de privilégio da ICAR (Igreja Católica Apostólica Romana), designadamente através da Concordata, e criando novas discriminações positivas, geralmente a favor dessa igreja.

2. Considera que o Estado e as Autarquias não deviam ter contribuído financeira e logisticamente para as Jornadas Mundiais da Juventude, mesmo tratando-se de um dos maiores eventos de sempre no nosso país?

A República não tem qualquer obrigação de financiar o culto (católico, evangélico, islâmico ou outro). Compete às comunidades religiosas encontrarem financiamentos de privados para os seus eventos. A justificação avançada antes destas jornadas para as apoiar – as eventuais receitas para o sector turístico da vinda de um milhão de estrangeiros a Lisboa – mostrou-se infundada (tanto quanto se sabe neste momento) dado que a receita gerada terá ficado abaixo das expectativas. Deste evento fica uma atitude de submissão simbólica e financeira do Estado aos interesses de uma comunidade religiosa, e uma tentativa de lavagem de imagem da qual as autoridades estatais não se distanciaram.

3. Entende que a liberdade religiosa deve limitar-se apenas à ausência de censura por parte do Estado em relação às diferentes crenças ou deve também o Estado criar condições para o exercício dessa liberdade religiosa? Por exemplo, considera que a Câmara de

Lisboa não devia promover a construção da Mesquita na Mouraria, tendo em conta que existem sensivelmente naquela zona mais de 15.000 muçulmanos que exercem o culto num prédio de habitação, bastante degradado, sem quaisquer condições?

A Constituição impõe deveres ao Estado em matéria de saúde, educação, assistência social e também na promoção do acesso ao desporto e à cultura, deveres esses que se traduziram na criação de serviços nacionais e instituições estatais nessas áreas. Não existe, pelo contrário, qualquer obrigação constitucional de apoiar ou promover a religião, nomeadamente subsidiando a construção de locais de culto. Cabe às comunidades religiosas organizarem-se para construir locais de culto e assumirem as despesas respectivas.

4. Segundo um estudo do Eurobarómetro, em Portugal a discriminação religiosa é percebida como rara, quando para metade dos respondentes da União Europeia é considerada comum. Acredita que em Portugal existe um clima favorável à liberdade religiosa e uma boa convivência com as outras religiões (que não a católica)?

A situação portuguesa é diferente daquela do resto da Europa ocidental na medida em que a segunda maior opção religiosa é não ter religião. Esse grupo (crescente) de cidadãos queixa-se frequentemente da intrusão da religião maioritária nas suas vidas, nomeadamente nos media públicos, nas escolas estatais (entre outras situações, coação para frequentar EMRC, e cerimónias ou símbolos religiosos em escolas públicas) e noutras instituições públicas. Não existem em Portugal conflitos entre comunidades religiosas, a prática religiosa é (felizmente) livre, mas nota-se um desfazamento crescente entre uma sociedade cada vez mais secularizada e um Estado que favorece a comunidade historicamente maioritária.

5. A vossa Associação lançou uma petição pela revogação da Concordata e apresentam cinco argumentos fundamentais. O primeiro tem que ver com a cláusula de livre criação, modificação e extinção de dioceses, paróquias e outras jurisdições eclesiais, que consideram ferir a separação entre o Estado e a Igreja. Porque consideram isso?

Nenhuma outra comunidade religiosa pode criar pessoas jurídicas com efeitos no ordenamento legal português por simples notificação aos serviços do Estado. Um exemplo é a «Fundação MJ Lisboa 2023», criada por decisão eclesial e de acordo com o direito canónico, com reconhecimento automático pelo Estado. Este reconhecimento de uma ordem jurídica estranha à República portuguesa é um privilégio católico criado pela Concordata, que torna a ICAR num Estado dentro do Estado português.

6. Criticam também a cláusula respeitante ao ensino de Educação Moral Religiosa Católica (EMRC), que obriga o Estado a garantir as condições necessárias para o ensino da mesma. Considera que deveria existir antes uma disciplina que abordasse as questões religiosas de uma forma imparcial?

Não, ensinar religião (ou várias religiões) não é uma obrigação do Estado, é uma liberdade das comunidades religiosas. A escola deve sim formar os futuros cidadãos para a cidadania, para os valores constitucionais e para a convivência com as diferenças. As comunidades religiosas podem transmitir os seus valores através das suas próprias organizações, não através do Estado. À escola cabe ensinar a ciência e não difundir a fé. Acrescente-se que a Concordata impõe que a ICAR nomeie directamente professores para a escola pública contratar, um privilégio que não é concedido a mais nenhuma comunidade religiosa.

7. Entre os argumentos, criticam o artigo 22o da Concordata que obriga o Estado a conservar, reparar e restaurar imóveis da Igreja Católica que sejam considerados monumentos nacionais ou imóveis de interesse público. Deve o Estado desonerar-se de tal, mesmo possuindo esses imóveis um elevado valor histórico e cultural?

Trata-se de edifícios que pertencem ao Estado, que os mantém e sustenta, e que a ICAR utiliza sem qualquer encargo, gerindo esses espaços estatais. Na prática, é um subsídio à manutenção de lugares de culto que são exclusivamente católicos.

O Estado não deve desinteressar-se de manter espaços que são seus, mas a sua gestão não deve ser eclesial e o Estado pode exigir contrapartidas pela utilização desses espaços.

8. Sabemos que o Estado e as Autarquias têm vários acordos de cooperação com as Misericórdias, por exemplo, em matérias de âmbito social. Há quem veja com maus olhos depositar-se em instituições religiosas este tipo de responsabilidades, mas também há quem elogie o trabalho social desenvolvido por estas, que por vezes chegam onde o Estado não consegue. O Estado deve deixar, por exemplo, de colaborar com as Misericórdias, em nome da laicidade?

Não. Note-se que as Misericórdias não são instituições obrigatoriamente religiosas, embora por vezes haja essa percepção na opinião pública. São instituições com privilégios estatais que o Estado deve continuar a apoiar, sem tolerar nem impedimentos a que pessoas não católicas aí colaborem, nem o reconhecimento do direito canónico na vida interna dessas instituições.

9. Acredita que a Igreja Católica tem lidado bem com os casos de abusos sexuais? Se não, o que tem de mudar?

A ICAR teve uma atitude complacente e leviana perante o abuso sexual de menores. Mas mais grave é a postura da República, que tem, ao contrário da ICAR, deveres perante todos, e que nada fez durante décadas de democracia para investigar as suspeitas existentes.

ENTREVISTA A PATRÍCIA AGRELA

“Ao PSD não interessa governar para as pessoas, só importa manter o estado das coisas”



Patrícia Agrela

27 anos, Técnica Superior em Educação.
Candidata a Deputada e Mandatária Jovem do PS
às Eleições Legislativas Regionais da Madeira

1. Ao nível do programa eleitoral, quais são as principais propostas do Partido Socialista para estas eleições?

O Partido Socialista apresenta um conjunto de propostas exequíveis e que tem como principal objetivo, a melhoria das condições de vida da população. É necessário aplicar o deferencial fiscal de 30% no IRS e IVA. Este alívio permite um aumento dos rendimentos disponíveis para as famílias, assim como a diminuição dos preços dos bens de consumo. Um dos nossos propósitos é a formação das pessoas, aproveitando as suas competências para a dinamização da economia. Para isso, o PS pretende criar um polo universitário no Porto Santo, que tenha como vocação o Turismo. Esta medida aumenta o emprego qualificado, tal como aumenta os vencimentos. Os últimos censos demonstraram uma perda significativa da população. Temos de combater o despovoamento, para isso é crucial olhar pelos mais idosos que estão em situação de maior vulnerabilidade. É inaceitável que a saúde seja descurada nos concelhos da Costa Norte na Madeira. Com o Partido Socialista no Governo Regional, as urgências vão estar abertas, durante 24 horas, no Porto Moniz e em Santana. A Cultura será reforçada com apoios financeiros, que tenham como intuito a proteção do património e a criação artística. A Cultura e as Indústrias Criativas têm um papel determinante, em termos sociais, como ferramenta para ampliar o

conhecimento. Não podemos esquecer a Agricultura e Pescas. O PS aumentará os apoios disponíveis para a renovação da frota de espadeiros e aumentará os rendimentos dos agricultores. A criação de cadeias curtas de distribuição é um passo essencial para a valorização dos produtos regionais. Haverá uma majoração no complemento regional para o idoso, no montante de 100 euros mensais. A equipa liderada por Sérgio Gonçalves tem ideias concretas para resolver os problemas que afetam os madeirenses e porto-santenses.

2. No que diz respeito aos jovens, quais são os problemas mais prementes para resolver na Região Autónoma da Madeira? E que medidas apresenta o PS para os resolver?

Os jovens madeirenses e porto-santenses enfrentam vários problemas, a nível de habitação, emprego bem remunerado e Educação. O Partido Socialista entende que a Educação é uma das áreas nevrálgicas da governação. A aposta na Educação dos jovens madeirenses e porto-santenses é um investimento de futuro. A governação do PS na Região, implementará uma Educação totalmente gratuita: manuais, alimentação e transportes gratuitos até ao 12º ano. O investimento na Educação vai gerar que a oferta de emprego seja mais condizente com as qualificações das novas gerações. Temos uma proposta inovadora que visa atenuar as dificuldades dos estudantes universitários deslocados para pagar quartos, com a atribuição de um complemento para o alojamento no valor mensal de 200 euros, para as famílias que tenham rendimentos anuais até aos 60 mil euros. O direito à Habitação é uma das principais prioridades do Partido Socialista. O PS aumentará, em sede de orçamento regional, as verbas para a criação de habitação a preços, verdadeiramente, que sejam a custos controlados. Vamos incentivar a criação de Cooperativas para soluções, financeiramente, mais acessíveis. Sérgio Gonçalves definiu como uma das suas bandeiras, a área da Juventude. O Partido Socialista tem um projeto bem estruturado e definido para colmatar as lacunas existentes. A aposta na Juventude simboliza um crescimento para a sociedade. O PS será um intérprete de confiança das reais dificuldades dos jovens madeirenses e

e porto-santenses.

3. O que se sente nas ruas? As pessoas estão descontentes com o atual Governo Regional? Se sim, conseguirá o PS capitalizar esse descontentamento?

Existe um enorme descontentamento com a governação do PPD/PSD e do CDS. Não houve uma única medida estrutural implementada pelo atual Governo Regional. Nos contactos com a população, ouvimos de uma forma muito clara, que é necessário mudar. São 47 anos dos mesmos de sempre, a governar só para alguns. As poucas coisas feitas, não são planos realistas para combater as desigualdades sociais. São, simplesmente, propostas debilitadas para a manutenção do poder e, sobretudo, para a publicidade diária dos atuais protagonistas políticos. Foi com enorme estupefação, que ouvi as declarações proferidas pelo Secretário Regional dos Equipamentos e Infraestruturas, Pedro Fino, esta semana, quando mencionava que vão ser construídos 55 apartamentos, a custos controlados, em Santa Luzia, no Funchal, e que um T1 pode custar 160 mil euros. Ora isto só demonstra o total desligamento do Governo Regional com a realidade em que os madeirenses vivem. Quem consegue suportar este preço? É um total desnorte, é uma afronta e um até insultuoso, promover a habitação nestes valores. Os madeirenses e porto-santenses ficaram a saber que não contam com o PPD/PSD e o CDS para resolver os problemas da habitação. Estas declarações foram repudiadas pelos madeirenses e porto-santenses. A mensagem do PS é muito concreta: é fundamental materializar o nosso descontentamento no dia 24 de setembro. Toda a população tem de ir votar. O vencedor não pode ser a abstenção. Só será possível mudar e assegurar as transformações sociais que o arquipélago tanto precisa, se votarmos na única alternativa credível e não em partidos de protesto, que não tem soluções para os desafios vigentes. A única opção perante esta inércia é Sérgio Gonçalves, é Partido Socialista.

4. Nas últimas eleições o PS conseguiu retirar a maioria absoluta a Miguel Albuquerque, que logo de seguida fez um acordo de governação com o CDS (com quem agora concorre coligado). O PS tem agora condições de disputar a liderança do Governo Regional ao fim de 47 anos consecutivos de governação do PSD na Região Autónoma da Madeira?

O Governo Regional do PPD/PSD e CDS está caducado. Após 47 anos o resultado da governação é assustador: perdemos mais de 16 mil pessoas, de acordo com os últimos Censos, muitos deles jovens qualificados e que não tiveram oportunidades na sua terra. A Madeira é hoje uma das regiões de Portugal com a maior taxa de risco de pobreza. Estes são os “troféus” que o PPD/PSD tem para oferecer: indigência, penúria. Não queremos que os madeirenses e porto-santenses vivam à míngua. Queremos uma terra feita com todos e para todos. O PS tem um programa de governo sólido, uma equipa capaz, preparada e responsável e um Presidente competente, dedicado, solidário, próximo do povo e altruísta. O Partido Socialista

apresenta-se a estas eleições para, de uma vez por todas, mudar a Madeira, mudar o cenário caótico em que vivemos. Este será um projeto de cidadania aberto para todos os jovens, mulheres e homens da região. A Governação do PS será feita com elas e eles: as nossas gentes. Estamos prontos para liderar a nossa Região.

5. Em relação ao CHEGA, Miguel Albuquerque já disse “não estabelecer linhas vermelhas” e já considerou que este “faz parte do jogo do quadro político democrático [e] deve ser, em todos os cenários de uma democracia liberal, interlocutor privilegiado para qualquer questão”. Após ter assumido que fazer acordos com o CHEGA dependeria dos resultados eleitorais, agora demarca-se, descarta a hipótese de um acordo e diz que se não tiver a maioria nas eleições do próximo mês, não governa. Em qual dos Migueis Albuquerque pode o povo da Madeira e de Porto Santo acreditar.

Não consigo compreender como o PPD/PSD que,

esteve na génese da nossa Democracia, não tenha uma posição definida em relação a partidos com índole reacionária. A posição ambígua de Miguel Albuquerque, do meu ponto de vista, revela que não terá a menor hesitação em formar governo com o Chega uma vez que o único objetivo do PSD é a perpetuação do poder. Não interessa governar para as pessoas, só importa manter o mesmo estado de coisas. Como é que os madeirenses e porto-santenses podem confiar em Miguel Albuquerque quando diz uma coisa e depois afirma outra? Esta posição em relação ao Chega é um espelho da governação de Miguel Albuquerque: titubeante, fraca e muito pouca séria. Que fique muito claro: Jamais, em momento algum, o Partido Socialista fará alianças com partidos populistas e demagógicas que utilizam o discurso do ódio contra minorias. O PS é o partido da Democracia, Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Não vamos abdicar dos nossos valores. Existe algo que o povo da Madeira e do Porto Santo pode ter a certeza: o Partido Socialista é a garantida de estabilidade, confiança e inclusão de todas as pessoas.

COLUNA LGBTQIA+

Uma luta de todes para todes



CAROLINE PEREIRA
MEMBRO DO SECRETARIADO NACIONAL

Durante o passado mês de junho, celebrámos o Orgulho LGBTQIA+. De maio a setembro, um pouco por todo o país, através das marchas LGBTQIA+, assinalámos e continuaremos a destacar a presença desta comunidade na nossa sociedade. Lutamos e debatemos medidas de inclusão, não apenas numa perspetiva social, mas sim garantindo acesso total a serviços e bens essenciais, como saúde, habitação, trabalho digno, entre outros. Em 2010, tornámo-nos o oitavo país a permitir o casamento civil entre duas pessoas do mesmo sexo, um marco histórico para a comunidade LGBTQIA+ em Portugal. No entanto, a luta não termina aqui. Seis anos mais tarde, em 2016, a adoção por casais do mesmo sexo foi aprovada. São avanços históricos, mas que ainda estão aquém do

objetivo final: a igualdade de direitos e oportunidades para todes, independentemente da sua identificação ou orientação sexual.

De acordo com um estudo realizado pela Universidade do Porto, o discurso de ódio aumentou cerca de 185%, demonstrando assim a influência exercida pelos discursos extremistas e fóbicos partilhados diariamente, principalmente pela extrema-direita em Portugal. Outro estudo da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto revelou que cerca de 4 em cada 10 jovens da comunidade LGBTQIA+ não se assumem perante os seus familiares, escondendo assim a sua verdadeira identidade todos os dias. A opressão social, o preconceito, a homofobia, transfobia e a bifobia continuam bastante enraizados na nossa sociedade.

Somente em 2023 é que finalmente foi aprovado o projeto de lei para a criminalização das terapias de conversão, formas violentas e agressivas de manipulação que são atentados repugnantes à liberdade individual. Portanto, hoje precisamos agir pelos direitos desta comunidade e trabalhar nas melhorias necessárias para garantir as condições de uma vida digna. Exigimos sim acesso gratuito e ilimitado ao serviço nacional de saúde para toda a comunidade. Exigimos um atendimento qualificado e digno para todas as pessoas que possuam um útero

(incluindo pessoas não-binárias e transexuais). No caso das vacinas da COVID-19, tendo como base o sistema binário, não foi permitida uma adaptação na administração das vacinas a pessoas transsexuais e não-binárias que estivessem em processo de transição ou sob outro tipo de tratamento hormonal. A fundamentação baseou-se na categorização presente no cartão de cidadão e não na realidade da pessoa em si.

O acesso aos cuidados de saúde não pode ser negado ou negligenciado com base em pressupostos definidos por categorização e que, conseqüentemente, estão sujeitos a interpretações pessoais de quem realiza o atendimento. É necessário formar os nossos profissionais de saúde para que possam responder às necessidades da comunidade LGBTQIA+. Precisamos de mais; é necessário expandir a rede de centros médicos especializados para a comunidade transexual. Não podemos perpetuar a existência destes centros médicos e/ou serviços primários apenas em regiões do litoral, prejudicando ainda mais as regiões do interior e debilitando assim toda a comunidade presente nestes territórios.

Só há um caminho a seguir: o da inclusão e do respeito pela diferença, para que um dia possamos ser uma sociedade mais justa e inclusiva, com espaço para todes.

Au revoir Françafrique



SÉRGIO SALAZAR

MEMBRO DO SECRETARIADO DA JS GUIMARÃES

Mais um golpe militar no Sahel. Porquê tanta preocupação do ocidente? Vamos por partes.

A importância do Níger para as potências mundiais vai muito além das aparências. Os Estados Unidos têm no terreno 1500 operacionais e uma enorme base de drones. 5% da produção global de urânio vem do país, crucial para França e UE reduzirem a dependência russa. Para além disso, após golpes no Mali e Burkina Faso, o Níger era o último aliado estável no Sahel,

região essencial no combate a grupos jihadistas e no controlo de fluxos migratórios.

É o terceiro golpe em 3 anos, no Sahel. Agitam-se bandeiras russas na antiga Françafrique. Embora haja aproximações russas à Junta nigerina, elas são oportunistas, não premeditadas. **As causas deste golpe são principalmente internas e com nuance.**

Os holofotes estão sobre a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). Surpreendentemente, parece decidida a tomar as rédeas da situação e decidir independentemente dos interesses económicos de terceiros, ainda que pressionada pelas potências ocidentais. Para a CEDEAO, e a sua líder Nigéria esta é a hora de tomar uma posição, temem um efeito dominó. Por isso, exigem a restauração imediata do governo civil e ameaçam ações militares. No entanto, essa possibilidade é cada vez mais remota, devido a desafios logísticos enormes e à necessidade de apoio parlamentar nos países intervenientes. A Junta nigerina procura ganhar tempo e aliados (Burkina Faso e Mali já declararam apoio). Para enfrentar isto, a

CEDEAO estabelece um "Dia D" para intervenção militar, caso a diplomacia não surta efeito embora não divulgue a data. (Compreensível já que a última vez que marcou um ultimato no calendário nada aconteceu, e certamente que os líderes da comunidade estão familiarizados com a história de Pedro e o lobo.

É um sinal importante a gestão de uma situação de instabilidade política estar a ser liderada por uma organização africana. Grandes potências não manipularão eventos com tanta facilidade, daqui para a frente. Independentemente disso, esta crise não tem fim à vista. E enquanto não tiver, a população sofrerá. O Níger é um dos países mais pobres do mundo, incrivelmente suscetível a alterações climáticas, sofre com ataques terroristas constantes e arrisca-se a perder apoio externo essencial. Estamos na iminência de um enorme fluxo migratório para o sul da Europa, que sobrecarregará ainda mais, campos de migrantes na região.

É uma crise humanitária à espera de acontecer.

CULTURA

Rendimento Básico para as Artes



GONÇALO SANTOS

MILITANTE DA JS LISBOA

Os últimos 10 anos têm sido marcados pela tendência de aumento do setor do Turismo. Este sector está intrinsecamente ligado ao investimento que fazemos em património, cultura e artes, valorizando o passado, o presente e o futuro de uma sociedade, todavia, este é um investimento que deve ser feito de forma continuada e constante. Tendo em conta que pelo menos 18% do PIB é representado por estes setores interligados, o da cultura e turismo, investir na cultura é também uma vantagem económica e valorização do

nosso país. Apesar do notável aumento do financiamento público na área da cultura, Portugal continua a ser um dos países da União Europeia que menos investe no setor. Não basta criar equipamentos e requalificá-los, é necessário valorizar a Cultura através dos seus agentes, que cada vez mais vivem em condições precárias.

Não é possível aceder a dados com exatidão, uma vez que o número de artistas emergentes que não estão coletados nem representados em associações do sector é considerável. Esta é uma preocupação do PS, que no seu programa eleitoral para as eleições de 2022 reconhecia a grave situação em que os artistas se encontravam pós-pandemia. Assim, mesmo que tenham sido dados passos consideráveis, o investimento e as medidas de apoio continuam deficitárias, sendo urgente Portugal, e consequentemente o governo, olhar para o exemplo de outros países da União Europeia na questão do financiamento das artes, nomeadamente no apoio aos artistas. Analisemos o projeto piloto da República da Irlanda - Rendimento Básico para as Artes - em que é atribuído um valor mensal aos artistas para poderem

desenvolver a sua prática artística.

A fixação das artes na sociedade e cultura portuguesa é, desde logo, uma forma de reconhecer o valor do seu contributo. Este apoio permitiria fazê-lo, tornando possível uma exclusividade na profissão, garantindo não só uma valorização do tempo que os artistas usam para a sua prática artística, mas também segurança, evitando necessidade de trabalho noutras áreas (também precárias) para sustento ou a emigração do talento, formação e experiência dos artistas. Ajudaria também os artistas emergentes ou em início de carreira a desenvolverem a sua prática e o seu portfólio de forma a autonomizarem-se profissionalmente. É preciso tornar o acesso à produção artística mais democrático, para quem quiser viver e trabalhar nas artes o possa fazer, independentemente da sua condição sócio-económica. O PS tem o dever de continuar a investir na cultura e nos seus agentes. Só com um panorama cultural e artístico forte é que a democracia prevalecerá.

“Não precisamos todos de liderar, não precisamos todos de querer o poder.”



JOSÉ EDUARDO GOUVEIA
MEMBRO DO SECRETARIADO NACIONAL

1. Como entraste na Juventude Socialista?

Quando me filiei na JS era presidente da minha Associação de Estudantes do Secundário. Filiei-me porque considerei que naquela altura precisava de um fórum de discussão mais abrangente e onde pudesse dar voz aos problemas de todos os jovens.

2. Qual o momento da tua militância que mais te marcou?

As Eleições Legislativas de 2011. Talvez por ter sido a primeira campanha que fiz, mas as circunstâncias que precipitaram as eleições, conjugadas com aquilo que sentíamos nas ruas, marcou-me. Responsabilidade para o Partido Socialista.

3. O que mais te orgulha teres feito na tua militância?

Ter sido presidente da minha Concelhia. Não tive honra maior na JS.

4. Quem foi a pessoa que mais marcou a tua militância?

A minha militância na JS foi marcada pelo caminho que trilhei com alguns das melhores mulheres e homens que conheci. Um deles foi o Rui Duarte. Marcou-me como poucos. Somos amigos ainda hoje e continua a ser uma referência para mim.

5. Quem é a tua grande referência política na área do socialismo democrático?

Mário Soares. Sempre.

6. E fora do campo do socialismo democrático?

Winston Churchill.

7. Qual a característica que mais admiras num político?

A capacidade de ouvir. A capacidade de encaixar a crítica. A lhanza de assumir o erro.

8. E qual a característica que mais desprezas?

A arrogância de achar que se sabe tudo. Desconhecer a realidade do país real e fazer de uma parte, o todo.

9. Qual foi o discurso que mais te inspirou até hoje?

Mário Soares no Congresso Nacional da Juventude Socialista em 2014. O apelo que lançou aos jovens numa altura em que o país estava de “cócoras” foi arrebatador.

10. Qual foi a medida/política que mais te marcou até hoje?

O Estado de Emergência imposto pela gravidade dos casos de COVID19. Perceber que o maior papel que

poderíamos dar a sociedade era ficar em casa, foi até hoje a medida que mais me marcou. Política e pessoalmente.

11. Se tivesses a oportunidade de mudar algo no mundo, o que seria?

Estabelecia uma colónia de negacionistas das alterações climáticas em Tuvalu, o primeiro país que vai desaparecer com a subida do nível médio das águas do mar.

12. Qual o livro que todo o socialista tem de ler?

Portugal Amordaçado de Mário Soares.

13. Qual o filme que todo o socialista tem de ver?

Tem que ver o Interstellar. Não pelo maravilhoso argumento de Christopher Nolan, mas para refletir. A ficção científica conseguiu encontrar um planeta B. Nós não temos essa possibilidade no horizonte. Só tendo um planeta temos que o preservar ao máximo.

14. Qual o conselho que deixas a quem está agora a iniciar a sua militância política?

Não precisamos todos de liderar, não precisamos todos de querer o poder. Não devem querer a militância pelo exercício de qualquer cargo. Devem querer a militância pelo exercício diário de mudar a vida das pessoas.

15. O que é o socialismo para ti?

Lutar diariamente para defender que o modelo de sociedade em que nós acreditamos é o chão que sustenta a vida de milhões de pessoas.



“Um conselho? Não sejam aparelhistas, digam o que pensam, sejam tudo menos ovelhas mansas”



ASCENSO SIMÕES

EX-GOVERNANTE E EX-DEPUTADO DO PS

1. Como entraste na Juventude Socialista?

Não sei dizer. A minha primeira foto numa ação política é de 1974 e nessa altura tinha 11 anos. Não podia ser da JS. Portanto, quando me inscrevi na Jota já era velho de militância.

2. Qual o momento da tua militância que mais te marcou?

A criação da Federação Distrital de Vila Real e o facto de ter sido o primeiro Coordenador (presidente) eleito em Congresso.

3. O que mais te orgulha teres feito na tua militância?

Ter conseguido militantes da JS nos concelhos onde o PS tinha pouca implantação, onde ser do PS era um pecado. Bem, também me orgulho de ter colado cartazes...

4. Quem foi a pessoa que mais marcou a tua militância?

Foi António Guterres. Conheci-o em 1978 e acompanhei com “excitação juvenil” a elaboração do programa Portugal anos 80 que Guterres coordenou.

5. Quem é a tua grande referência política na área do socialismo democrático?

Willy Brandt. Não podemos esquecer que o nosso combate também foi contra o comunismo, coisa que nos ocupou muitos anos...

6. E fora do campo do socialismo democrático?

Jesus Cristo. Querendo ou não, todos somos influenciados por Cristo.

7. Qual a característica que mais admiras num político?

Frontalidade.

8. E qual a característica que mais desprezas?

Oportunismo.

9. Qual foi o discurso que mais te inspirou até hoje?

O discurso de Lutter King em 1963, na Marcha sobre Washington.

10. Qual foi a medida/política que mais te marcou até hoje?

A gestão democrática das escolas aprovada pelo primeiro governo de Mário Soares. Está aí o princípio da minha formação política porque integrei os Conselhos Pedagógico e Diretivo da minha escola.

Lamento que tenhamos acabado com um regime que fazia com que a Escola fosse mesmo independente.

11. Se tivesses a oportunidade de mudar algo no mundo, o que seria?

Inventava uma forma de produzir alimentos sem por em causa a sustentabilidade dos solos e do clima.

12. Qual o livro que todo o socialista tem de ler?

Capital de Karl Marx. Mas tem de ler com espírito crítico para não ver inimigos a cada passo que se dá.

13. Qual o filme que todo o socialista tem de ver?

Diria filmes – as películas de Al Gore sobre o clima.

14. Qual o conselho que deixas a quem está agora a iniciar a sua militância política?

Sem paternalismos diria: Não sejam aparelhistas, digam o que pensam, sejam tudo menos “ovelhas” mansas.

15. O que é o socialismo para ti?

Cumprir a liberdade, eliminar a desigualdade.



Deve o Estado financiar eventos religiosos?



ANDRÉ ABRAÃO
COORDENADOR DO GABINETE DE ESTUDOS NACIONAL



PEDRO VASCONCELOS ALMEIDA
SECRETÁRIO NACIONAL PARA A ORGANIZAÇÃO

SIM

Não existe um dever, mas o Estado pode financiar eventos e atividades religiosas. Os princípios da laicidade do Estado e da Liberdade Religiosa, constitucionalmente previstos e legalmente aflorados, exigem uma separação entre o Estado e as religiões. Assim, num Estado laico, como Portugal, não existem religiões oficiais, nem podem ocorrer interferências das Igrejas no Estado, nem do Estado nas Igrejas. Há autonomia e independência, o que não significa, por ora, que se ignore manifestações religiosas e corte absolutamente relações com as diferentes instituições religiosas. A crença assume, histórica e sociologicamente, uma relevância inegável nas comunidades, pelo que ignorar a sua existência seria olvidar a natureza humana.

Agora, num Estado laico e republicano, a decisão de apoiar ou financiar um evento ou atividade de cariz religioso deve obedecer a juízos de proporcionalidade, oportunidade, racionalidade económica, entre outros que se julguem oportunos, aliás como qualquer decisão que implique a mobilização de esforços públicos. Cabe à administração, a fixação apriorística de critérios, que permitam com a devida distância, isenção e justiça determinar se exato evento ou atividade, seja religiosa, desportiva, cultural, política ou associativa é digna de ser objeto de financiamento ou apoio por entidades públicas local, regional ou nacionalmente, com uma garantia essencial: a igualdade, materialmente concebida, de tratamento entre as diferentes religiões, procurando-se não favorecer alguma em detrimento de outras.

Em Portugal, é conhecido o peso e influência tradicional que a Igreja Católica tem no país, não fossem os laços seculares entre Portugal e o Vaticano e o facto de 80% da população se ter declarado como católica nos censos de 2021. O Catolicismo acaba, assim, por ser o maior beneficiário líquido de apoios do Estado, o que não nos deve preocupar, desde que as restantes religiões tenham a oportunidade, nas mesmas condições, de ser igualmente apoiadas.



NÃO

A laicidade do Estado é o principal garante de liberdade e tolerância religiosa numa sociedade aberta. Por isso mesmo, sou tendencialmente favorável a um laicismo concebido no sentido estrito, numa dimensão essencialmente negativa. Primeiro, porque a religião é sobretudo uma crença, uma escolha individual, e como tal é uma questão atinente à esfera privada e não à esfera pública. O Estado deve intervir sobre direitos como a Educação, a Saúde ou a Habitação, que devem ser universais para todos os cidadãos. O Estado deve apoiar todas as atividades que promovam um fim inequivocamente público e o bem comum. Ora, o culto religioso, tratando-se de uma opção individual, tendo por base uma crença e um conjunto de normas e códigos morais, não se insere nessa definição.

Para nós, socialistas, que não dissociamos o valor da liberdade do valor da igualdade, poderia parecer razoável, porém, à primeira vista, defender uma intervenção do Estado assente na garantia da igualdade na prática do culto religioso como forma de assegurar uma efetiva liberdade religiosa, discriminando positivamente as confissões minoritárias face à maioritária. O problema é que a divisibilidade e a não universalidade do conceito, isto é, a multiplicidade de crenças e confissões religiosas, tornam muito difícil que o Estado assuma uma intervenção estruturada que consiga, com proporcionalidade e equidade, apoiar as manifestações religiosas de forma verdadeiramente justa e equidistante. Uma política sistemática de apoio do Estado às confissões religiosas é potencialmente perniciosa em muitos sentidos, desde logo porque, tal como a religião não deve interferir nos assuntos do Estado, o Estado também não deve interferir na religião, ao contrário do que as correntes mais associadas ao laicismo anticlerical sempre advogaram ao longo da história. Precisamente, por não devermos ignorar a dimensão histórica e cultural da religião nas sociedades, num país em que ainda existe uma maioria assumidamente católica e em que a Igreja Católica tem ainda uma influência preponderante em muitos meios, será difícil acreditar que os decisores públicos não se sintam tentados a privilegiar o relacionamento com a confissão maioritária, como aliás acontece.

O Estado não deve deixar de cooperar e de se relacionar com as confissões religiosas, mas essa cooperação não deve passar por apoios financeiros à religião ou à prática do culto religioso, mas por exemplo pela promoção do diálogo intercultural e religioso. Essa cooperação deve sempre garantir uma estrita e rigorosa igualdade de tratamento entre todas as confissões, sem regimes de exceção e privilégio para uma determinada confissão. E a melhor forma que o Estado tem de assegurar essa igualdade é não intervindo de maneira nenhuma no campo da religião. Não incluo nesta resenha, naturalmente, as atividades e instituições do Terceiro Setor que prosseguem fins sociais e que se encontram ligadas à Igreja, porque desempenham um papel importantíssimo na comunidade, dentro de um princípio de subsidiariedade, sobretudo quando e onde o Estado não tem capacidade de resposta. Exceção feita também para o acolhimento de eventos de grande dimensão internacional, com um contributo relevante para a Economia Nacional e para a imagem do país no exterior, desde que apoiados de forma equilibrada e proporcional.



ABEL MATINHOS
MEMBRO DO SECRETARIADO NACIONAL

Recomendações Culturais

LIVRO

"A Tirania do Mérito" – Michael J. Sandel (2022)

Obriga a refletir sobre o mérito e sobre as condições para se vencer, analisando vários conceitos e colocando em cima da mesa o que é ser igual e o que é ser desigual, esta é uma obra importante no nosso tempo sendo importante para fundamentar ou não uma crítica à nossa sociedade e, conseqüentemente ao elevador social.



FILME

"O rapaz do pijama às riscas" – Mark Herman (2008)

Escrito em 2006 por Joyne Boyne e adaptado ao cinema em 2009 por Mark Herman, Acontece Durante a Segunda Guerra Mundial, Bruno, um garoto de oito anos, e sua família mudam-se de Berlim para residir próximo junto a um campo de concentração, onde o pai de Bruno acaba de se tornar comandante. Infeliz e solitário, ele vagueia fora de sua casa e certo dia encontra um menino judeu de sua idade, Embora a cerca de arame farpado do campo os dívida, os meninos começam uma amizade proibida.



ÁLBUM

"Igreja Lesbiteriana, Um Chamado" – Bia Ferreira (2019)

As músicas transportam-nos para as desigualdades de todo o tipo ainda existentes no mundo e, em especial, no Brasil. A música de intervenção desta artista brasileira do Século XXI é algo absolutamente fabuloso onde todos temos de agradecer pelo excelente trabalho de denúncia de todo o tipo de desigualdades e de opressão.



ESPETÁCULO

"Os Monólogos da Vagina"

Texto de Eve Ensler, Encenação de Paulo Sousa Costa, com Marta Andrino, Paula Lobo Antunes e Teresa Guilherme

Os textos transportam-nos para as várias experiências femininas, desmistificando-as como o sexo, a menstruação, o nascimento, o orgasmo, mas também um outro lado do que é ser mulher como o da prostituição, da violação e da imagem corporal, num contexto interessante e importante para compreender as dificuldades pelas quais as mulheres passam e para consolidar a importância do feminismo.

Sessões: Taguspark (20 a 28 de setembro); Coliseu do Porto (8 de novembro); Palácio de Congressos do Algarve (16 de dezembro)

